



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais - FADIR

Camila Cândido Camargo

**O governo Jair Bolsonaro e o retrocesso na Política Externa Brasileira para
o meio ambiente**

Dourados - MS

Março, 2024

Camila Cândido Camargo

**O governo Jair Bolsonaro e o retrocesso na Política Externa Brasileira para
o meio ambiente**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora da Universidade Federal da
Grande Dourados, como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Banzatto

Dourados – MS

Março, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

C173g Camargo, Camila Candido
O GOVERNO JAIR BOLSONARO E O RETROCESSO NA POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE [recurso eletrônico] / Camila Candido Camargo. --
2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Arthur Banzatto.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desmatamento. 2. Amazônia. 3. Compromissos Internacionais. 4. Desenvolvimento
Econômico. 5. Sustentabilidade Ambiental. I. Banzatto, Arthur. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 08 de março de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Camila Candido Camargo** tendo como título “**O GOVERNO JAIR BOLSONARO E O RETROCESSO NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE**”.

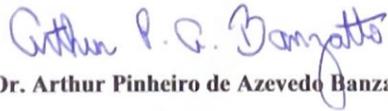
Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (orientador), **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador) e **Dr. Mário Teixeira de Sá Júnior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:


Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

Orientador

 Documento assinado digitalmente
CARLOS ROBERTO STAINE PRADO FILHO
Data: 08/03/2024 21:00:41 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho
Examinador

 Documento assinado digitalmente
MARIO TEIXEIRA DE SA JUNIOR
Data: 11/03/2024 16:08:06 -0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Mário Teixeira de Sá Júnior
Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, e por me guiar durante toda a minha graduação, permitindo que eu ultrapassasse todos os obstáculos encontrados ao longo do curso. Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe, as minhas tias e meus avós maternos, por todo apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização desta graduação. Sem o apoio de vocês, nada seria possível. Aos meus irmãos, que sempre estiveram presentes e ouvindo as demandas de Relações Internacionais. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, especialmente a Letícia Mendes e Amanda Greggo, que sempre demonstraram zelo, proteção e uma amizade incondicional, amparando e apoiando a todo momento. Aos meus professores da graduação, vocês foram essenciais. Finalizo agradecendo a Universidade Federal da Grande Dourados, pela contribuição de materiais e dos excelentes profissionais, que foram fundamentais para o meu desenvolvimento.

RESUMO

O governo de Jair Bolsonaro foi marcado por um significativo retrocesso na política externa brasileira para o meio ambiente. Durante seu mandato, houve uma notável desaceleração nos compromissos e nas práticas voltadas para a preservação ambiental. O desmatamento na Amazônia atingiu níveis alarmantes, refletindo uma postura menos restritiva em relação a atividades predatórias. Além disso, observou-se um afastamento de acordos e compromissos internacionais relacionados às mudanças climáticas. A retórica governamental priorizou o desenvolvimento econômico em detrimento da sustentabilidade ambiental, gerando críticas tanto internas quanto externas. Este período marcou uma mudança significativa na abordagem do Brasil em relação ao meio ambiente, levantando preocupações sobre o impacto duradouro dessas políticas no cenário nacional e internacional.

Palavras-chave: Desmatamento; Amazônia; Compromissos Internacionais; Desenvolvimento Econômico; Sustentabilidade Ambiental

ABSTRACT

The government of Jair Bolsonaro was marked by a significant setback in Brazilian foreign policy concerning the environment. Throughout his term, there was a noticeable slowdown in commitments and practices aimed at environmental preservation. Deforestation in the Amazon reached alarming levels, reflecting a less restrictive stance toward predatory activities. Additionally, there was a distancing from international agreements and commitments related to climate change. The government's rhetoric prioritized economic development at the expense of environmental sustainability, eliciting criticism both domestically and internationally. This period marked a significant shift in Brazil's approach to the environment, raising concerns about the lasting impact of these policies on the national and international stage.

Keywords: Deforestation; Amazon; International Commitments; Economic Development; Environmental Sustainability

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	11
1.1. Análise de Política Externa e o Contexto Brasileiro.....	12
1.2. Jogos de dois níveis e o contexto brasileiro.....	17
2. O MEIO AMBIENTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	21
2.1 A Política Externa brasileira voltada para o Meio Ambiente.....	21
2.2 Política Externa ambiental no governo Bolsonaro.....	25
3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE.....	28
3.1 Trajetórias e Tendências da Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente.....	28
3.2 Retrocessos Do Governo Bolsonaro.....	30
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

O presente estudo compreende uma análise do tratamento da questão ambiental na Política Externa Brasileira no contexto da administração do Presidente Jair Bolsonaro. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a questão ambiental no âmbito acadêmico, social e político, almejando fomentar a conscientização na sociedade em relação à necessidade de discussões relacionadas ao meio ambiente, bem como à adoção de planos de ação destinados a mitigar o retrocesso ambiental, salientando a importância de preservar os recursos naturais e praticar o desenvolvimento sustentável.

O tema ambiental é uma das questões mais urgentes e desafiadoras do nosso tempo. A crise climática e a degradação ambiental afetam não apenas o Brasil, mas todo o planeta. Nesse contexto, a política externa desempenha um papel crucial para a cooperação internacional e a busca de soluções conjuntas. No entanto, durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, a política externa brasileira sofreu um retrocesso significativo, principalmente no que tange ao meio ambiente.

O Brasil é reconhecido globalmente por sua biodiversidade rica e ecossistemas únicos, como a Floresta Amazônica, considerada a espinha dorsal do sistema climático global. A política externa é uma ferramenta crucial para promover a conservação ambiental, estimular a cooperação entre nações e construir acordos internacionais para enfrentar a crise climática e proteger os recursos naturais. A diplomacia ambiental permite que o Brasil seja um ator relevante em fóruns internacionais, influenciando decisões globais em relação ao meio ambiente.

Desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, houve uma mudança drástica na postura do Brasil em relação à política ambiental. O governo adotou uma retórica negacionista em relação às mudanças climáticas e enfraqueceu órgãos de fiscalização e proteção ambiental. Também houve um incentivo à exploração econômica de áreas protegidas e um relaxamento nas políticas de combate ao desmatamento e queimadas.

O presidente Jair Bolsonaro não costumava tratar com relevância a temática do meio ambiente e, sobretudo, escancarava o seu ceticismo em relação à agenda ambiental que é tão presente e importante no país. Além disso, durante o seu governo, Bolsonaro mentiu em vários depoimentos sobre o fato de o desmatamento e as queimadas terem se intensificado na sua gestão, sendo que essas questões em nenhum momento se tornaram prioridade.

A liderança brasileira nas negociações internacionais em questões ambientais foi fortemente prejudicada. O país, que antes era um defensor ativo de pautas ambientais em fóruns internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), passou a se distanciar de compromissos e metas estabelecidas em acordos internacionais, como o Acordo de Paris.

A mudança na política externa teve repercussões negativas significativas na imagem internacional do Brasil. Anteriormente, o país era considerado um defensor da biodiversidade e um líder em questões ambientais. No entanto, o dismantelamento de políticas de proteção ambiental e o aumento do desmatamento trouxeram críticas de governos estrangeiros, organizações não governamentais e até mesmo de empresas multinacionais. Essa mudança na percepção prejudicou a imagem do Brasil no cenário internacional, afetando acordos comerciais, investimentos estrangeiros e a confiança de outros países em relação à seriedade do Brasil em lidar com as questões ambientais.

Os impactos negativos dessa política externa brasileira para o meio ambiente foram sentidos de forma mais intensa na Floresta Amazônica. O aumento do desmatamento e das queimadas contribuí para a destruição de ecossistemas vitais, a perda de biodiversidade e a liberação de grandes quantidades de gases de efeito estufa na atmosfera, agravando a crise climática global. Além disso, o retrocesso na política ambiental também pode afetar negativamente outras regiões sensíveis do Brasil, como os biomas do Cerrado e do Pantanal, além dos recursos marinhos na costa do país.

Para reverter esse quadro preocupante, é fundamental que o Brasil recupere sua liderança em questões ambientais e fortaleça sua política externa nesse sentido. É crucial o retorno do comprometimento com acordos internacionais, como o Acordo de Paris, e a retomada do diálogo com outros países e organizações multilaterais. Ademais, é imprescindível que o Brasil invista em políticas ambientais consistentes, que promovam o desenvolvimento sustentável, a conservação dos recursos naturais e a inclusão de povos indígenas e comunidades locais na proteção do meio ambiente.

A política externa brasileira desempenha um papel crucial no enfrentamento da crise ambiental global. No entanto, durante o governo Bolsonaro, o país adotou uma postura retrógrada em relação ao meio ambiente, enfraquecendo sua posição de liderança nessa área. Os impactos negativos desse retrocesso são sentidos tanto na imagem internacional do Brasil quanto no meio ambiente, com consequências graves para a biodiversidade, o clima e o desenvolvimento sustentável do país.

Dessa forma, este trabalho busca analisar a política externa ambiental durante o Governo Bolsonaro, identificando o desmonte dos recursos naturais que foi feito no país durante esses últimos anos, além da mudança da ideia de desenvolvimento sustentável na Política Externa Brasileira. Assim, neste trabalho, serão examinadas as principais mudanças e impactos dessa abordagem, bem como suas consequências para o meio ambiente e o posicionamento do Brasil no cenário internacional durante o governo do Presidente da República Jair Bolsonaro. No contexto deste trabalho, serão incluídas as diretrizes, as tendências e o funcionamento da Política Externa Brasileira, o histórico posicionamento do governo brasileiro para o meio ambiente, relacionando este com a sua Política Externa, as ações ambientais a nível internacional e como o Governo Jair Bolsonaro lidou com essa problemática durante o seu mandato.

Saliento ainda que essa pesquisa é relevante para o âmbito acadêmico, social e político, porque serve como um alerta. A sociedade precisa compreender que atitudes contrárias e individuais dos nossos representantes, podem colocar o mundo em perigo, nos prejudicando diretamente e indiretamente. As mudanças climáticas estão estampadas e precisamos correr atrás desse prejuízo. Este trabalho tem como intuito mostrar para os leitores a relevância da Política Externa Brasileira para o meio ambiente, especialmente para o mundo e os indivíduos, os recursos naturais estão presentes neste lugar e devem ser preservados.

Para que os objetivos propostos sejam atingidos, este trabalho se propõe a realizar uma análise longitudinal a respeito da política externa brasileira para o meio ambiente, destacando o Governo Bolsonaro como um ponto de inflexão negativo na trajetória desta agenda, por conta dos retrocessos promovidos na área ambiental.

Como fontes de pesquisa, foram utilizados principalmente livros, artigos científicos e teses a respeito do tema, a partir de uma revisão de literatura, além de algumas fontes primárias, como documentos da ONU.

Dessa forma, a estrutura do presente trabalho se desdobrará em três capítulos distintos, cada um deles com um foco específico e uma análise minuciosa. No primeiro capítulo, a abordagem estará centrada na Política Externa, considerando-a como uma Política Pública essencial para a compreensão do cenário internacional e das dinâmicas diplomáticas. Será investigada a sua natureza, seus objetivos e instrumentos, além de se discutir o impacto de políticas externas consistentes no contexto da preservação ambiental.

No segundo capítulo, o enfoque se voltará para o papel do meio ambiente nas relações internacionais. Nesse sentido, será realizada uma análise aprofundada de como a questão ambiental adquiriu relevância no âmbito global, tornando-se uma pauta internacional de grande

importância. Serão examinados os principais tratados, acordos e convenções que moldaram a agenda ambiental internacional, bem como as implicações econômicas, políticas e sociais associadas a essa temática.

No terceiro capítulo, a trajetória da política externa brasileira em relação ao meio ambiente será retratada de forma detalhada, com especial destaque para os retrocessos ocorridos durante o governo de Jair Bolsonaro. Serão analisadas as mudanças de enfoque, estratégias e prioridades adotadas pelo Brasil em sua atuação internacional no que concerne à preservação ambiental, bem como as consequências desse reposicionamento para as relações do país com a comunidade internacional e para o cenário global de sustentabilidade ambiental.

1. POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A política externa é uma área estratégica que trata das relações do Brasil com outros países e organizações internacionais. Assim como outras políticas públicas, esta visa promover e proteger os interesses nacionais, bem como alcançar objetivos específicos na área internacional. É uma ferramenta essencial para a projeção do país no cenário mundial, buscando influenciar questões globais, garantir o desenvolvimento econômico, a segurança e o bem-estar do povo brasileiro (RODRIGUES, 2022).

Dentre as características importantes da política externa como política pública no Brasil, pode-se destacar a independência e soberania na tomada de decisões e nas relações internacionais; a coerência e a continuidade ao longo do tempo; o multilateralismo e cooperação internacional, ou seja, a atuação em conjunto com outros países e organizações internacionais para enfrentar questões globais; a participação ativa em fóruns como as Nações Unidas (ONU), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o que reflete seu compromisso com a cooperação internacional; e a promoção dos interesses nacionais em diferentes áreas, tais como comércio exterior, investimentos, ciência e tecnologia, cultura e defesa dos direitos humanos, entre outros (FLEMES, 2010).

Sobre a compreensão de política externa como política pública, os autores Milani e Pinheiro (2013) discorrem o seguinte:

Ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política externa para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos que expressam a própria dinâmica da política [...] estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes, protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 24).

Ou seja, ao considerar a política externa como parte integrante das políticas públicas, descartam-se as noções de sua singularidade e a justificativa para ser considerada excepcional em relação a outras políticas governamentais. Nas palavras de Maria Regina Soares de Lima: “A Política Externa passa a ser apenas uma das várias políticas governamentais submetidas aos mesmos mecanismos de supervisão e regulamentação inerentes aos ambientes democráticos” (SOARES DE LIMA, 2013, p. 144).

Assim, a política externa como política pública no Brasil é um instrumento essencial para a projeção internacional do país, a defesa de seus interesses e valores, e o enfrentamento de desafios globais, ou seja, o Estado e o governo em ação no plano internacional (MILANI;

PINHEIRO, 2013). Dessa maneira, espera-se dos governantes uma atuação coerente e consistente, refletindo os princípios da independência, soberania, multilateralismo e cooperação em busca de um mundo mais estável, justo e próspero.

1.1 Análise de Política Externa e o Contexto Brasileiro

Qualquer estudo de análise de política externa que parta de uma análise estritamente doméstica ou estritamente internacional será incapaz de compreender por completo os determinantes e os objetivos da política externa de uma nação (SCHUTTE; FONSECA; CARNEIRO, 2019).

Historicamente, a política externa brasileira é compreendida pela sociedade civil como uma área diferente das demais políticas públicas, cuja formulação e implementação seria restrita à União, principalmente o Ministério das Relações Exteriores, sem qualquer tipo de participação da sociedade civil. Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) prevê, em seus artigos 21, 49 e 84, as seguintes competências internacionais

Art. 21. Compete à União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

Desta forma, podemos inferir que o processo de formulação e execução da política externa brasileira foi tradicionalmente instituído como uma exclusividade do Poder Executivo Federal, relegando aos outros poderes funções secundárias e a sociedade civil foi praticamente alijada de possibilidades de participação no processo decisório. Com exceção dos processos de ratificação e internalização no ordenamento jurídico brasileiro, as matérias de política externa no Congresso Nacional historicamente pouco impactaram ou influenciaram o processo decisório da política externa brasileira (MOTTA BAPTISTA; BERTOLUCCI; DIOGO, 2020).

Ao longo do século XX, após a célebre chancelaria do Barão do Rio Branco e as reformas institucionais do Ministério das Relações Exteriores, essa percepção de distanciamento do Itamaraty com a sociedade foi sendo ampliada. Foi propagado um discurso

de máximo insulamento burocrático da pasta de relações exteriores, em que o Itamaraty monopolizaria a formulação e implementação da política externa – com um tom positivo por supostamente distanciar a política externa das mazelas da política interna (CHEIBUB, 1985).

A forma como um Estado promove a sua inserção internacional, a saber, sua política externa, almeja representar os interesses dos grupos participantes do governo (TARGA, 2017). Segundo os autores Schutte; Fonseca e Carneiro (2019, p. 98) “Devido à relevância que grandes grupos econômicos geralmente possuem na política nacional, tais interesses costumam estar presentes no governo, tendendo a serem super-representados na política externa”.

Instituições representativas e práticas representativas são o eixo central da difusão das preferências de grupos sociais e de indivíduos para as políticas de Estado (MORAVCSIK, 1997). As preferências de determinados grupos e indivíduos atuam na construção de políticas de governo por meio da pressão aos tomadores de decisão. A participação dos indivíduos é essencial, pois a imposição de decisões e a ausência de participação popular são elementos geradores de déficit democrático e da desvalorização das decisões (PECEQUILO, 2016).

Nesse sentido, os autores Baptista; Bertolucci e Diogo (2020, p. 504) discorrem que:

Compreender o valor democrático da legitimação da participação social na política externa nos conduz a reflexões acerca de sua finalidade dentro do Estado. Ou seja, sua concepção como política pública, assim como as demais áreas estatais, possibilitaria maior abrangência aos campos de diálogo e a institucionalização de espaços de debate entre sociedade e governos. Nesse sentido, possibilitaria uma série de reflexões sobre o processo decisório e as formas de legitimação das decisões políticas.

De forma complementar, Baptista; Bertolucci e Diogo (2020, p. 508-509) continuam a versar sobre o assunto, afirmando que:

Em linhas gerais, a história da política externa brasileira (PEB) evidencia que o Brasil tem alguns objetivos de política externa presentes na maior parte do tempo. Entre esses estão a promoção do desenvolvimento econômico, a defesa da autonomia frente ao alinhamento, a manutenção de boas relações tanto com países desenvolvidos como em desenvolvimento, a ampliação dos mercados externos para as mercadorias brasileiras, a busca pelo prestígio na política internacional, a não intervenção em assuntos domésticos de outros países, a defesa do multilateralismo e a busca pelo protagonismo regional. Assim, percebe-se que a PEB tem como tensões o americanismo *versus* o universalismo, ou o alinhamento *versus* a autonomia [...] A história também nos ensina que os posicionamentos da política externa brasileira não se mantêm (ou se alteram) devido a um suposto insulamento burocrático do Itamaraty. (...) A história nos mostra que as continuidades e mudanças na política externa – como a escolha pelo americanismo ou pelo universalismo, posturas autonomistas ou alinhadas – ocorrem por diversos fatores, por exemplo, mudanças de governo, de grupos que influenciam o poder e do cenário internacional.

Dessa forma, diante da discussão dos autores citados, é importante considerar que a política externa de qualquer país é um processo complexo, influenciado por diversos fatores, tais como interesses nacionais, valores, conjuntura internacional, pressões de outras nações, bem como a atuação de diferentes atores dentro do próprio Estado. Deste modo, um certo grau de autonomia burocrática pode proporcionar uma execução mais eficiente e coesa da política externa, especialmente em momentos de crise ou urgência. Além disso, o conhecimento especializado dos diplomatas pode contribuir para posições bem fundamentadas e alinhadas aos interesses de longo prazo do país. No entanto, por outro lado, o insulamento burocrático pode levar a uma falta de diversidade de perspectivas e uma desconexão entre as decisões tomadas e as necessidades e desejos da sociedade brasileira como um todo. A ausência de mecanismos que promovam a participação social pode resultar em políticas externas que não refletem adequadamente os valores e expectativas dos cidadãos.

Antes do governo Bolsonaro, a política externa brasileira foi marcada por diretrizes que buscavam promover a cooperação internacional, a diplomacia multilateral, o desenvolvimento econômico e a busca por uma posição de destaque no cenário internacional. Essa política buscou manter uma posição de independência e equidistância em relação aos blocos políticos hegemônicos, tais como Estados Unidos e União Soviética (durante a Guerra Fria) e, mais recentemente, a China, procurando estabelecer relações com diferentes países e regiões do mundo, o que resultou em um engajamento em diversas coalizões e fóruns internacionais (YAMAGUTI, 2021).

Além disso, o Brasil tem sido um defensor do multilateralismo, apoiando organizações como a ONU, a OEA e o Mercosul, buscando sempre estreitar laços com outras nações em desenvolvimento, especialmente países da América Latina, África e Ásia, na chamada Cooperação Sul-Sul. Ainda, a política externa brasileira historicamente defendeu o respeito aos direitos humanos, a resolução pacífica de conflitos e o engajamento em missões de paz da ONU, contribuindo inclusive com tropas em operações de manutenção da paz em diferentes partes do mundo. O país também buscou aprofundar a integração econômica e política com seus vizinhos na América Latina e Caribe, através de iniciativas como o Mercosul, a Unasul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Essa integração regional foi considerada uma forma de fortalecer a posição do país no cenário internacional e promover o desenvolvimento econômico conjunto (BAPTISTA; BERTOLUCCI; DIOGO, 2020).

O Brasil também atuou como um importante ator nas negociações comerciais internacionais, buscando melhorar o acesso a mercados para seus produtos agrícolas e

industriais e sempre esteve envolvido em questões globais, como mudanças climáticas, energia sustentável, desenvolvimento sustentável, combate à pobreza e epidemias globais (RODRIGUES, 2022).

É importante ressaltar ainda que essas diretrizes e tradições da política externa brasileira não foram imutáveis ao longo do tempo e sofreram ajustes e adaptações conforme mudanças na conjuntura internacional e as prioridades dos diferentes governos que assumiram o poder. No entanto, a busca pela independência, cooperação e diálogo com diferentes atores internacionais tem sido uma constante na atuação diplomática do Brasil pré governo Bolsonaro (BAPTISTA; BERTOLUCCI; DIOGO, 2020; MELO, 2022).

No que tange à Política Externa, o governo do presidente Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, propôs diversas mudanças, conforme apontam Saraiva e Silva (2020, p. 17):

A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil trouxe muitas mudanças na área de política externa. Muitos padrões consolidados do comportamento internacional do país foram postos em xeque, e em seguida substituídos por declarações e/ou atuações que provocaram atritos não somente internacionais, mas também com setores domésticos. (...) Pode-se dizer que haveria nesses casos um conflito entre os pontos defendidos pela ideologia do grupo eleito em 2018 e o pragmatismo necessário a toda política externa.

Na mesma linha, Melo (2022, p. 9) argumenta que

O panorama da política externa brasileira mudou abruptamente com a eleição de Jair Bolsonaro no final de 2018. Bolsonaro utiliza a política externa para comunicar ao seu eleitorado que ele é diferente dos antecessores. Sua administração não segue os princípios constitucionais da autonomia e não alinhamento e sua política externa é notavelmente heterodoxa, ad hoc e experimental.

Melo (2022, p. 4) também relata, em sua dissertação de mestrado, que “O novo presidente Jair Bolsonaro se opõe à ordem liberal, alia-se a chefes de Estado antiliberais e adota um tom belicoso contra ambientalistas, críticos, a mídia, partidos de oposição e governos de inspiração de esquerda”.

Ao analisar a política externa do Governo Bolsonaro e os atores domésticos que a influenciaram, Mesquita (2019) identificou 25 atores não tradicionais que demonstraram ter uma influência direta ou indireta sobre a formulação da política externa ou que expressaram opiniões sobre o assunto. Dois dos atores mais proeminentes nesse contexto foram Eduardo Bolsonaro, que também estava vinculado ao núcleo ideológico, e o vice-presidente Hamilton Mourão.

Ao analisar os autores citados, pode-se observar que, durante o governo Bolsonaro, houve uma mudança significativa no enfoque da política externa brasileira em relação aos governos anteriores. Uma das principais características desse período foi a busca por uma maior identificação ideológica com outros atores no cenário internacional. Assim, esse governo priorizou parcerias com países que compartilhavam visões políticas e econômicas semelhantes, especialmente em questões de valores e pautas conservadoras. Essa abordagem ideológica na política externa se refletiu, especialmente no estreitamento das relações com governos de direita em outras partes do mundo, tais como Hungria (do primeiro-ministro Viktor Orbán), Israel (do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu) e Estados Unidos da América (durante o governo do presidente Donald Trump). Houve também um alinhamento com pautas conservadoras em temas como a promoção dos direitos humanos, questões ambientais, acordos comerciais e imigração.

Esse alinhamento se caracterizou pelo favorecimento de políticas que, em grande medida, priorizavam uma abordagem mais restritiva e conservadora em relação aos direitos humanos, evidenciando um enfoque que enfatizava a segurança pública e a ordem social em detrimento de agendas de inclusão e diversidade. No que tange às questões ambientais, a política adotada durante o governo de Bolsonaro frequentemente se alinhou com uma perspectiva mais desenvolvimentista, que priorizava o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental. Além disso, o governo demonstrou uma posição cautelosa em relação a acordos comerciais que, de acordo com sua ótica, poderiam ameaçar a soberania nacional, e adotou políticas de imigração que buscavam controlar mais rigidamente o ingresso de estrangeiros no país (DADA e ARMADA, 2023).

Como visto nessa discussão, durante o governo de Jair Bolsonaro, a política externa do país esteve notadamente guiada por premissas de forte teor ideológico, estabelecendo alianças com nações que compartilhavam visões políticas e valores conservadores, em detrimento de uma abordagem mais pragmática e baseada em interesses estratégicos e comerciais. Nas palavras de Hirst e Maciel:

Desde janeiro de 2019, a política externa do Brasil esteve guiada por premissas de forte teor ideológico, que logo se traduziram em orientações norteadoras dos posicionamentos internacionais do país. Um conjunto de novas prescrições significaram um descarte sistemático de posturas e princípios que haviam guiado a ação diplomática brasileira por longas décadas. Desta forma, incluía-se a ação diplomática no elenco de políticas públicas a serem transfiguradas em sintonia com as visões anti-estatistas defendidas pelos novos governantes. A desconstrução do aparato estatal se concentrava nos órgãos e agências provedoras de bens públicos como a saúde, a educação, o meio ambiente e mesmo a diplomacia (HIRST e MACIEL, 2022, p. 6).

Assim, de acordo com as discussões abordadas, salienta-se que a compreensão do valor democrático da legitimação da participação social na política externa é de extrema relevância para a reflexão sobre sua finalidade dentro do Estado. A política externa de um país, que engloba suas relações com outras nações e organizações internacionais, pode ter um impacto significativo na vida dos cidadãos, tanto em termos de cooperação e benefícios mútuos quanto em possíveis consequências negativas.

Nesse contexto, a participação social na política externa desempenha um papel fundamental para garantir que as decisões tomadas representem de fato os interesses e valores da população. A democracia, como princípio fundamental de muitos Estados, implica na ideia de governo pelo povo e para o povo. Portanto, legitimar a participação dos cidadãos no processo de formulação e execução da política externa é uma forma de assegurar que as ações do Estado no cenário internacional estejam alinhadas com os anseios e necessidades da sociedade.

Assim, no decorrer do governo Bolsonaro, a suposta busca pela "democratização" foi frequentemente questionada, pois pareceu ser utilizada como um instrumento para ideologizar a política externa em prol dos interesses do eleitorado mais fiel. Essa abordagem se refletiu em retrocessos significativos em pautas cruciais, tais como direitos humanos e meio ambiente, sacrificados para agradar setores específicos, notadamente os evangélicos e o agronegócio. Notavelmente, a falta de uma abordagem mais inclusiva foi evidente durante a pandemia, quando a política externa ideológica do governo resultou em atritos com a China. Esta discordância prejudicou a importação de itens essenciais, como vacinas, máscaras e respiradores chineses, demonstrando uma priorização questionável de interesses partidários em detrimento do bem-estar mais amplo da população.

1.2 Jogos de dois níveis e o contexto brasileiro

Diversas negociações internacionais podem ser concebidas em dois níveis distintos – o doméstico e o internacional - conforme salientado por Rodrigues (2022, p. 46-47):

No âmbito doméstico, há os grupos que pressionam o governo em prol de seus interesses – que podem ser diversos e divergentes. Os políticos buscam, entre esses grupos, formar coalizões. No nível internacional, os governos buscam maximizar suas habilidades de atender os anseios domésticos enquanto minimizam as consequências das evoluções externas. O tomador de decisões é um articulador que

circula entre as duas arenas e não pode ignorar nenhuma delas, criando seu escopo de ações satisfatórias e buscando um equilíbrio.

Os jogos de dois níveis são uma teoria da política internacional, proposta por Robert D. Putnam, que examina como os tomadores de decisão enfrentam desafios em dois níveis diferentes: o nível doméstico e o nível internacional. O primeiro nível consiste no âmbito nacional, caracterizado pela presença de grupos domésticos que são organizados e perseguem seus interesses próprios, pressionando o governo nacional. Já o segundo nível, representa a esfera da política internacional, marcado pela tentativa dos governos de satisfazerem as demandas de certos grupos domésticos ao mesmo tempo em que buscam minimizar as adversidades da disputa de poder desigual da competição interestatal. Diante deste contexto, o líder político da nação é visto como um jogador que precisa atuar nos dois planos, tanto no nível internacional, ao lado de diplomatas e assessores nacionais e estrangeiros, de outros líderes de Estado e dos demais grupos que compõem a sociedade civil internacional; como no nível doméstico, rodeado por partidos políticos, classes sociais e grupos de interesses econômicos e não-econômicos (PUTNAM, 1988).

De acordo com o autor, no contexto da política externa, essa teoria pode ser aplicada para compreender como as decisões são tomadas e as estratégias adotadas pelos governos em relação às questões internacionais, considerando tanto as pressões e interesses internos quanto as dinâmicas das relações internacionais. Assim, o jogo de dois níveis busca compreender como as negociações em um nível afetam as negociações no outro nível, e como as estratégias adotadas pelos atores em cada nível podem influenciar o resultado das negociações.

Ainda, pode-se salientar que ao avaliar as estratégias utilizadas pelos atores em cada nível, o método do jogo de dois níveis possibilita uma compreensão mais profunda das negociações internacionais dentro da política externa do país, levando ao entendimento de como as decisões são tomadas nesse contexto.

A citação de Rodrigues (2022) aborda um importante aspecto da tomada de decisões na esfera política, destacando a dinâmica entre atores domésticos e internacionais, e a necessidade de equilibrar interesses conflitantes, sugerindo que os processos decisórios são influenciados por uma interação complexa entre grupos de interesse nacionais, que podem ter objetivos divergentes, e os desafios impostos por fatores internacionais.

O trecho ressalta ainda a importância das coalizões políticas no âmbito doméstico, destacando que os políticos buscam alinhar seus interesses com diferentes grupos de pressão para atender a demandas variadas. Além disso, enfatiza a necessidade de os governos equilibrarem os anseios domésticos com as influências e desafios do ambiente internacional.

Nesse sentido, os tomadores de decisões desempenham um papel fundamental, atuando como articuladores que precisam considerar ambas as arenas para alcançar ações satisfatórias e evitar consequências adversas.

No que se trata da política externa brasileira durante o governo Bolsonaro, os autores Schutte; Fonseca; Carneiro (2019), salientam que esse governo mobilizou a política externa para fortalecer sua posição na política doméstica, ou seja, seu plano internacional ancorou discursos para favorecer setores do eleitorado de Bolsonaro.

Segundo Kalil (2018), Bolsonaro utilizou uma estratégia de campanha capaz de congrega uma multiplicidade de eleitores, autodefinidos, em sua maioria, como conservadores e de direita. Para o autor, distante de ser um bloco homogêneo, o eleitorado de Bolsonaro possui caráter amplamente segmentado e múltiplo.

Ao discorrer sobre as características heterogêneas dos grupos apoiadores de Jair Bolsonaro, Schutte; Fonseca; Carneiro (2019, p.103) descrevem:

Dentro do espectro do “cidadão de bem” há, portanto, um matiz que comporta diferentes eleitores de Bolsonaro. Há os que defendem uma redução drástica do Estado a partir do “anticomunismo” e do “combate à corrupção”. Existem os que priorizam a preservação da estrutura familiar tradicional com base na religião diante da ameaça da “ideologia de gênero” e da “desordem de costumes e valores”. Assim como há também os que, frente a um cenário que entendem como de “corrupção generalizada”, buscam soluções a partir da ressignificação da história ou do espelhamento em outros países vistos como exemplos a serem seguidos.

Assim, o projeto político de Jair Bolsonaro se apresentava essencialmente conservador e, no âmbito da política externa, consistiu em combater o ‘globalismo’, que podia ser compreendido como um conjunto de metafísicas universalizantes que suprime as emoções e as experiências individuais, promove o epistemicídio do cristianismo e atenta contra a soberania cultural dos países e dos cidadãos ocidentais. Alguns dos projetos globalistas contemporâneos a serem combatidos seriam o islamismo, que consistia na maior ameaça para a Europa e o comunismo (CARVALHO, 2019).

O governo brasileiro de Bolsonaro enfrentou um jogo de dois níveis, no qual que precisou equilibrar interesses domésticos do grupo heterogêneo de seus apoiadores e internacionais, onde precisou manter a imagem do país diante das demais lideranças. Nesse jogo, encontrar soluções que conciliem desenvolvimento econômico e conservação ambiental foram um desafio dos mais complexos.

Ao versar sobre como a política doméstica conservadora teve total influência na política externa durante o governo de Bolsonaro, Schutte Fonseca e Carneiro (2019) discorrem que, na

história brasileira, episódios nos quais uma pauta de política externa foi capaz de mobilizar e alimentar uma base eleitoral são raros. Porém, na conjuntura do governo de Jair Bolsonaro, as ideologias e manifestações dos seus eleitores denotaram grande influência, para além das pautas voltadas à política nacional, acarretando práticas e discursos voltados às questões internacionais de política externa.

Diante deste cenário, o governo Bolsonaro enfrentou outro jogo de dois níveis. Precisava lidar com demandas internas por desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, atender às expectativas e responsabilidades internacionais no combate às mudanças climáticas.

Durante o governo Bolsonaro, a relação entre a política externa, o meio ambiente e o setor do agronegócio assumiram contornos particularmente relevantes. Sob a administração bolsonarista, houve uma tendência de alinhamento com interesses do agronegócio que buscavam flexibilizar as regras de proteção ambiental em prol da expansão da produção agropecuária. Esse alinhamento se refletiu em políticas que enfrentaram críticas tanto a nível doméstico quanto internacional, devido ao aumento do desmatamento na Amazônia e a atitudes que minaram o comprometimento com acordos internacionais ambientais. Esse contexto ressaltou a tensão entre a busca por maiores ganhos econômicos no setor agroindustrial e os compromissos ambientais do Brasil no âmbito internacional, expondo a necessidade de equilibrar a expansão do agronegócio com a preservação ambiental, enquanto se lida com as implicações diplomáticas e comerciais dessa abordagem política.

A política externa e meio ambiente estão intrinsecamente conectadas, e a aplicação dos jogos de dois níveis ajuda a compreender as dinâmicas complexas envolvidas nas decisões tomadas pelos governos em relação às questões ambientais em um contexto global. Assim, a busca pelo equilíbrio entre interesses domésticos e internacionais é fundamental para uma política externa eficiente e sustentável em relação ao meio ambiente, o que não ocorreu durante o Governo Bolsonaro.

2. O MEIO AMBIENTE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O meio ambiente é um ponto chave na agenda mundial e tem se tornado um dos assuntos mais debatidos nos últimos anos. Sendo assim, é importante ser discutido por todo o contexto interno e externo dos países, uma vez que os impactos ambientais implicam diretamente em nosso cotidiano. O planeta sofreu muito nas últimas décadas por conta dos avanços das indústrias, desmatamento e principalmente pelo descuido dos chefes de Estado.

O planeta sofre consequências sobre a falta de responsabilidade dos líderes mundiais, enquanto as mudanças climáticas interferem diretamente na economia mundial. Santos *et al.* (2019) discutem que a compreensão do clima e o entendimento de que é preciso uma política regrada voltada para este tema é posta como o centro da política global.

Nas últimas quatro décadas têm-se reconhecido, cada vez mais, a importância dos temas socioambientais em inúmeras conferências internacionais. Disso resultaram diversos tratados que visam regulamentar a ação humana em escala internacional como uma alternativa para combater a crise ambiental imposta pelos padrões produtivos e de consumo preponderantes no mundo atual. As questões ambientais perpassam fronteiras físicas e políticas dos países, ressaltando a interdependência dos Estados e a oportunidade de cooperação entre países, atores não estatais e as áreas de conhecimento. (SANTOS *et al.*, 2019, p. 1)

Harvey (2011) salienta a ideia de que a destruição do meio ambiente é inerente ao sistema capitalista, sendo este impulsionado pela busca incessante pelo lucro e crescimento econômico. Segundo o autor, o capital não reconhece restrições e não leva em conta as consequências materiais e sociais de suas ações. Sendo assim, a degradação ambiental e o sofrimento social não têm relevância para o capital, que prioriza sua autorreprodução em uma escala cada vez maior, sem considerar os impactos negativos em seu sistema de controle sociometabólico, conceituado por diversos autores como sendo constituído pelo tripé Estado, capital e trabalho (MÉSZÁROS, 2009; BENEVIDES, 2016)

2.1 A Política Externa brasileira voltada para o Meio Ambiente

No contexto da política externa brasileira, a abordagem em relação ao meio ambiente desempenha um papel crucial, refletindo as posturas e estratégias adotadas pelo país diante dos desafios ambientais globais e das dinâmicas das relações internacionais. No cenário

internacional, a dimensão política da questão ambiental tornou-se incontestável. De acordo com Bezerra (2013, p. 151-152):

A dimensão política da questão ambiental já não é mais questionada. Com o surgimento da agenda ambiental internacional em 1970, os países que ainda não possuíam uma política externa voltada para o meio ambiente tiveram que definir suas posições. O Brasil não foi exceção.

A autora salienta três características inerentes à política externa brasileira voltada para o meio ambiente:

Primeiro, a Amazônia tem sido tratada como uma questão de segurança e soberania. Como consequência, não se tem levado em consideração adequadamente a conservação de seus recursos. Segundo, a política externa, desde o surgimento da agenda ambiental internacional, tem tido o desenvolvimento nacional como fio condutor. Em terceiro lugar, a política externa brasileira mantém até os dias de hoje as ideias centrais que a dirigem desde a década de 1970 (BEZERRA, 2013, p. 152).

Nesse contexto, Pires (2019) destaca que o "ambiente natural" é constantemente modificado pela atividade humana, e que o discurso e as práticas político-ambientais tendem a transformar áreas urbanas e rurais em mercadorias com valor de troca. O autor enfatiza que esse fenômeno é particularmente evidente nas administrações governamentais de cunho neoliberal, tanto na América Latina como em outras regiões do mundo. O governo de Bolsonaro é citado como exemplo, com críticas direcionadas à falta de cuidados e proteção do patrimônio ambiental, especialmente a Amazônia. A gestão desse governo, segundo o autor, pode ser caracterizada por negligência e manipulação de dados relacionados aos índices de devastação, o que se configura como uma tragédia para o meio ambiente.

No âmbito internacional das políticas públicas voltadas ao meio ambiente, destaca-se a atuação da Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização das Nações Unidas possui um papel extremamente relevante quando se trata da construção do desenvolvimento sustentável. A polarização da discussão a respeito do desenvolvimento continuou em 1972, quando a ONU convocou a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo. Esta Conferência é vista como o marco formal do início da agenda ambiental global (FIGUEIREDO, 2019, p.18).

A Convenção Marco Sobre Mudanças Climáticas da ONU, realizada pela primeira vez em 1992, tornou-se um marco significativo na pauta ambiental internacional. O objetivo principal dessa convenção foi o reconhecimento da ameaça global representada pelas mudanças

climáticas causadas pelas atividades humanas. Neste evento, países reuniram-se com o objetivo de buscar soluções colaborativas para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e lidar com os impactos das mudanças climáticas. A Convenção estabeleceu as bases para a cooperação internacional e proporcionou um fórum para futuras negociações e tratados ambientais (FERRER *et al.*, 2014).

Em seguida, o Protocolo de Kyoto, instituído em 1997, foi um desdobramento importante da Convenção, definindo metas específicas de redução das emissões de gases de efeito estufa por parte dos países industrializados. Esse tratado exigia que as nações signatárias reduzissem suas emissões de gases causadores do efeito estufa em um período de compromisso de 2008 a 2012. O Protocolo também introduziu mecanismos de flexibilidade, tais como o comércio de emissões e o mecanismo de desenvolvimento limpo. Embora tenha sido um marco na cooperação internacional em torno das mudanças climáticas, o Protocolo de Kyoto enfrentou críticas por não incluir metas obrigatórias para países em desenvolvimento, o que limitou sua efetividade global (UNFCCC, 2005).

Assim, o Acordo de Paris foi elaborado como uma proposta substituta ao Protocolo de Kyoto. Assinado em 2015, durante a 21ª Conferência das Partes da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas (COP21), representou um avanço significativo na cooperação global para combater as mudanças climáticas, pois buscou a participação voluntária de todas as nações para limitar o aquecimento global. Trata-se de um tratado multilateral dentro do regime de mudança do clima. Seu principal objetivo é promover uma ação intergovernamental para redução global de emissões de gases causadores do efeito estufa, evitando que a temperatura terrestre aumente mais do que 1.5 °C em relação a níveis pré-industriais. O acordo também prevê apoio financeiro dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para facilitar a transição para economias de baixo carbono e para lidar com os impactos das mudanças climáticas. O Acordo de Paris foi aclamado como um esforço histórico de cooperação global para proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas. (UNFCCC, 2015).

Em concomitância com o Acordo de Paris, um plano de ação global foi adotado pelas Nações Unidas em setembro de 2015, nomeado “Agenda 2030”. Seu objetivo é erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas alcancem a prosperidade e o bem-estar até o ano de 2030. Essa agenda é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas específicas, que abrangem diversas áreas, como a erradicação da pobreza, igualdade de gênero, saúde, educação, mudança climática, entre outros.

O ODS da Agenda 2030 diretamente ligado ao meio ambiente é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 13, descrito como "Ação contra a mudança global do

clima". Esse objetivo tem o propósito de combater as mudanças climáticas e seus impactos, promovendo medidas urgentes para mitigar as emissões de gases de efeito estufa e fortalecer a resiliência e a capacidade de adaptação às consequências das mudanças climáticas, buscando conscientizar sobre a importância de proteger o clima e o meio ambiente, a fim de garantir a sobrevivência e o bem-estar das gerações futuras. Além disso, esse objetivo busca mobilizar ações a nível global para limitar o aumento da temperatura média global, conforme estabelecido no Acordo de Paris, e apoiar os países mais vulneráveis para que possam lidar com os efeitos das mudanças climáticas (ONU, 2015).

Dentro do ODS 13, encontram-se metas específicas, como a implementação de políticas e regulamentações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, a promoção de fontes de energia limpa e renovável, o fortalecimento da capacidade de adaptação de comunidades e ecossistemas vulneráveis, e o aumento da conscientização e educação sobre as mudanças climáticas (ONU, 2015).

Assim, a ONU tem buscado cumprir sua agenda, pressionando os países mais ricos a se adequarem, principalmente à agenda de 2030, que empenha o desenvolvimento sustentável, procurando que todos os países visem a preservação do meio ambiente e foquem em hábitos sustentáveis. Por conta disso, progressivamente as políticas ambientais têm ganhado novos rumos frente às relações internacionais, trazendo novas propostas de desenvolvimento sustentável, sem deixar que essa forma prejudique o rendimento dos países. As políticas Internacionais para o meio ambiente são de extrema importância, para que os países e seus líderes busquem a manutenção sem prejudicar a vida humana e o espaço em que vivemos (BEZERRA, 2013; RODRIGUES, 2022).

No país, as medidas adotadas pelo Governo Bolsonaro em relação à política externa ambiental foram amplamente criticadas por desrespeitar os princípios e diretrizes estabelecidos na Constituição brasileira, que no Artigo 225, prevê a proteção do meio ambiente como um direito de todos e como um dever do Estado.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Além disso, o Brasil é signatário de diversos tratados e convenções internacionais relacionadas à proteção ambiental, e a postura adotada pelo governo Bolsonaro colocou em risco o cumprimento desses compromissos (ARAÚJO; CAMPOS, 2022).

No entanto, no que tange ao Brasil, o cumprimento da Agenda 2030 da ONU parece cada vez mais distante. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação:

Dentre os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC, na sigla em inglês) está o de desenvolver e atualizar, periodicamente, inventários nacionais das emissões antrópicas, por fontes e remoções por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, além de fornecer uma descrição geral das providências para implementar a Convenção. Entenda-se por emissões antrópicas aquelas associadas à interferência humana. Essas informações são reunidas em um documento oficial, denominado Comunicação Nacional, submetido periodicamente à UNFCCC (BRASIL, 2021).

Ao analisar esses documentos, desde 2019 até 2021, abordando o ODS 13, que trata sobre o meio ambiente, principalmente a meta 13.2, que visa integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais, pode-se observar que não houve avanços significativos para o cumprimento do acordo (BRASIL, 2021).

2.2 Política Externa ambiental no governo Bolsonaro

Ao longo do Governo Bolsonaro, o país caminhou na contramão do desenvolvimento sustentável, o que pode ser observado nas ações governamentais que retiraram a autonomia, a capacidade de formulação e de implementação das políticas públicas dos órgãos ambientais. Essas ações acarretaram num retrocesso contra esforços de décadas para construção de uma governança ambiental sólida. Dessa forma, diante do desmonte das políticas públicas ambientais, a mais grave consequência a ser destacada na nova política ambiental adotada pelo governo Bolsonaro foi o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente, a partir de medidas que levaram à redução da pasta (FIGUEIREDO, 2019).

Houve também uma mudança significativa na postura em relação às questões ambientais e ao Acordo de Paris. Enquanto governos anteriores do Brasil foram ativos defensores do combate às mudanças climáticas e da proteção da Amazônia, Bolsonaro adotou uma posição mais cética em relação ao aquecimento global.

Seu governo enfrentou críticas internacionais por suas políticas de desenvolvimento econômico na Amazônia, resultando em tensões com países europeus e outros parceiros comerciais. Durante o governo de Jair Bolsonaro, os repasses do Fundo Amazônia sofreram um bloqueio significativo. Criado em 2008, o fundo é uma iniciativa internacional voltada para a preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia, recebendo doações de países como Noruega e Alemanha. No entanto, a partir de 2019, o governo brasileiro tomou a decisão de

suspender a captação e utilização dos recursos, o que resultou na estagnação dos projetos e ações de combate ao desmatamento e proteção da floresta. Essa medida causou preocupação e controvérsia entre os parceiros internacionais e ambientalistas, que enfatizaram a importância do Fundo Amazônia para a conservação da maior floresta tropical do mundo e para a mitigação das mudanças climáticas globais (SILVA e FEARNSSIDE, 2022).

Diante do contexto, Araújo e Campos (2022, p.142) destacam o discurso antiambientalista como um dos elementos centrais da política bolsonarista:

O discurso antiambientalista configura-se como um dos elementos definidores do populismo autoritário de Jair Bolsonaro. Desde as eleições que o conduziram à Presidência do Brasil em 2018, tem havido o fortalecimento de um discurso que aponta as políticas ambientais como entraves ao desenvolvimento do país.

De forma complementar, Scantimburgo (2018), avalia as intenções do plano de governo de Jair Bolsonaro, afirmando que essas elas:

(...) sugeriam, já naquela altura, um desmonte das políticas ambientais pelas quais o Brasil se notabilizou nas últimas décadas, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, que abriu espaço para a organização de marcos regulatórios para o meio ambiente e garantiu direitos fundamentais a povos indígenas, frequentemente alvejados por ataques de quem pretende invadir as suas terras para a extração de madeira e minerais, não raras vezes insuflados pela retórica e pelas ações adotadas pelo governo Bolsonaro.

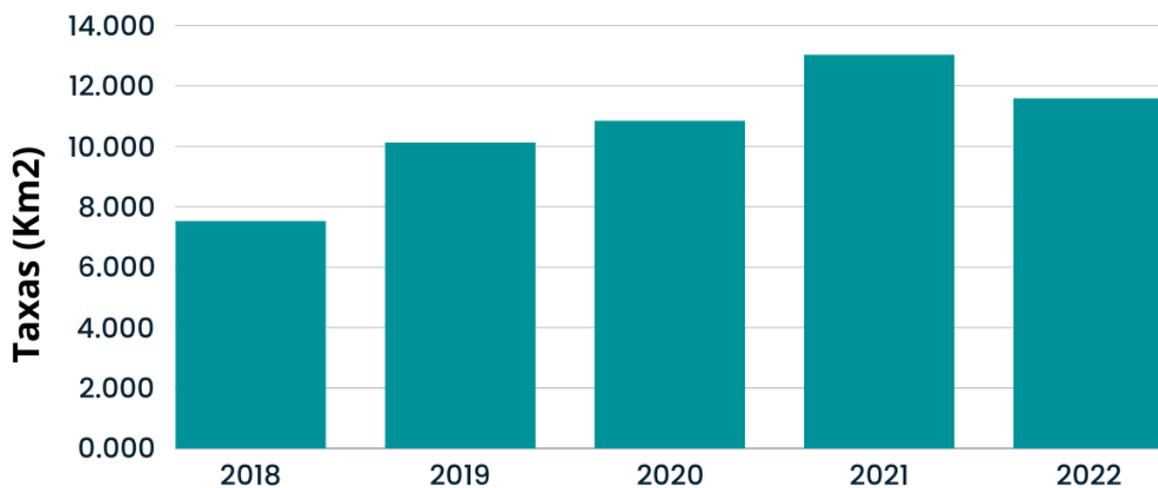
Além disso, o governo Bolsonaro promoveu uma flexibilização das políticas ambientais e uma redução da fiscalização sobre atividades econômicas que podem causar danos ao meio ambiente. Por exemplo, houve a diminuição da proteção de áreas de conservação, o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental e a facilitação da mineração em terras indígenas. Essas medidas foram muito criticadas por organizações ambientais e cientistas, que argumentam que elas podem levar a um aumento da degradação ambiental e a uma perda irreparável de ecossistemas preciosos.

Além do desmonte das políticas ambientais durante o governo Bolsonaro, Araújo e Campos (2022, p.142) destacam também os efeitos negativos sobre povos indígenas, diante do aumento da invasão de suas terras:

Um relatório de maio de 2021, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), revela o crescimento vertiginoso das invasões de Terras Indígenas (TIs). Enquanto em 2018, 14.757 famílias indígenas foram afetadas por invasões, em 2019 foram 26.621, chegando a 58.327 em 2020, quase o quádruplo do registrado no período anterior à eleição de Bolsonaro.

Uma das principais críticas ao governo Bolsonaro diz respeito à gestão da Amazônia, uma das regiões mais importantes do mundo em termos de biodiversidade. O desmatamento na Amazônia aumentou significativamente durante seu mandato, com altas taxas de desflorestamento e incêndios florestais (Figura 1). Essas ações geraram repercussões negativas para a imagem internacional do Brasil, levantando preocupações sobre o impacto no clima global e na conservação da biodiversidade. Diante desse cenário, é imprescindível que a sociedade, os líderes e as instituições se unam para reverter esse quadro, restaurar os princípios de sustentabilidade e assegurar um futuro mais promissor para o meio ambiente brasileiro.

FIGURA 1. Taxas de desmatamento da Amazônia Legal durante o governo do Presidente Jair Bolsonaro, de 2018 a 2022.



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), portal TerraBrasilis. 2024.

3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE

A política externa brasileira para o meio ambiente representa um componente essencial e dinâmico das relações internacionais do país. Ao longo das décadas, o Brasil tem desempenhado um papel significativo no cenário global, enfrentando desafios ambientais que transcendem fronteiras nacionais. A interseção entre interesses nacionais, desenvolvimento sustentável e a necessidade de cooperação internacional molda as estratégias adotadas pelo Brasil no âmbito ambiental. Este panorama reflete não apenas as preocupações locais, mas também a influência do Brasil na arena internacional, suas responsabilidades perante acordos globais e sua busca por um equilíbrio entre crescimento econômico e preservação ambiental. Nesse contexto, examinar a política externa brasileira para o meio ambiente oferece *insights* valiosos sobre como o país navega nas complexidades globais enquanto busca um futuro sustentável.

3.1 Trajetórias e Tendências da Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente

A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente tem uma história rica e complexa, moldada por diversos fatores políticos, econômicos e sociais ao longo dos anos. Desde a época do Império até os dias atuais, o Brasil tem enfrentado desafios e adotado diferentes abordagens na arena internacional quando o tema é a proteção ambiental.

O Brasil começou a se envolver mais ativamente nas discussões sobre meio ambiente na década de 1970, quando a conscientização global sobre questões ambientais ganhou destaque. O país se tornou signatário de acordos e convenções internacionais, como a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) em 1975 e a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) em 1982. Essa participação inicial refletia a crescente preocupação com a preservação da biodiversidade e os recursos naturais do país (de OLIVEIRA NETO, 2022).

Um marco crucial na política ambiental brasileira ocorreu em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como a Rio-92. O Brasil teve um papel de destaque no evento e assumiu compromissos significativos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Nessa ocasião, o país se comprometeu a combater o desmatamento da Amazônia e fortalecer a legislação ambiental (VIOLA, 2002).

Posteriormente, a questão das mudanças climáticas ganhou destaque, e o Brasil se engajou nas negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

(UNFCCC). O país ratificou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 21 de maio de 1994, comprometendo-se a enfrentar os desafios relacionados ao aquecimento global (BRASIL, 2021).

Nos anos 2000, houve um fortalecimento do compromisso brasileiro com a agenda ambiental, buscando o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Com relação ao Protocolo de Kyoto, o Brasil o ratificou em 23 de agosto de 2002, estabelecendo metas específicas para a redução das emissões de gases de efeito estufa (UNFCCC, 2005). Além disso, o comprometimento do Brasil com a questão climática foi renovado com a assinatura do Acordo de Paris em 29 de setembro de 2016, sendo ratificado em 12 de setembro de 2016 (UNFCCC, 2015).

Nos anos 2000, houve um fortalecimento do compromisso brasileiro com a agenda ambiental, buscando o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. A criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal foi uma iniciativa significativa, visando reduzir o desmatamento na região e mitigar os impactos das mudanças climáticas (VIOLA; FRANCHINI, 2013).

No que diz respeito à redução do desmatamento, o Brasil testemunhou uma notável queda nas taxas a partir dos anos 2000. Segundo dados do Observatório do Clima (2023), entre 2004 e 2012, houve uma diminuição significativa na taxa anual de desmatamento na Amazônia, passando de aproximadamente 27.772 km² para cerca de 4.571 km². Esse declínio pode ser atribuído a esforços governamentais, como a implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

No entanto, ao longo dos anos, a política externa brasileira para o meio ambiente enfrentou desafios, principalmente relacionados à conciliação de interesses econômicos com a conservação ambiental. A postura brasileira sempre foi delicada, devido aos interesses econômicos associados à exploração de recursos naturais e à agricultura. Embora o país tenha sido reconhecido internacionalmente por suas iniciativas de combate ao desmatamento e de uso sustentável da biodiversidade, também sofreu críticas por questões como a expansão da agropecuária em áreas sensíveis e a flexibilização de regras ambientais (GURGEL; PALTSEV, 2017).

Em resumo, essa política voltada ao meio ambiente possui uma trajetória que evidencia avanços significativos em termos de participação em fóruns globais e acordos internacionais. Contudo, enfrenta também desafios complexos relacionados à implementação efetiva de políticas e ao equilíbrio entre desenvolvimento e conservação ambiental. Assim, o futuro da política externa brasileira para o meio ambiente dependerá da capacidade do país de enfrentar

esses desafios, promover uma abordagem sustentável e equilibrada, e de sua disposição para dialogar e colaborar com a comunidade internacional na busca por soluções conjuntas para questões ambientais globais.

3.2 Retrocessos Do Governo Bolsonaro

No Brasil, em 2018, diante de um cenário onde as principais lideranças nacionais estavam sendo investigadas por diversos crimes, surgiram as condições ideais para um movimento populista de renovação moral. Dessa forma, o deputado federal Jair Bolsonaro venceu as eleições, conquistando 55% dos votos no segundo turno, superando os 45% obtidos por seu oponente, Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Melo (2022) o triunfo de Bolsonaro foi impulsionado por um sentimento generalizado de indignação em relação à corrupção que afetou não apenas o PT, mas também outros partidos. Além disso, a má gestão econômica do governo Dilma, a prisão do ex-presidente Lula e a carência de líderes políticos proeminentes não envolvidos em investigações legais contribuíram para esse movimento. Todos esses fatores, somados ao impacto da Operação Lava-Jato, catalisaram uma onda populista que buscava soluções fora dos círculos políticos tradicionais para os desafios nacionais.

Melo (2022) salienta ainda que a administração bolsonarista na política externa se caracteriza pelo rompimento das tradições e protocolos diplomáticos, uma característica que, segundo o autor, já estava presente em seu programa de campanha intitulado “O Caminho da Prosperidade”. Nesse sentido, conforme Araújo e Campos (2022) relatam em seu texto, é possível identificar características do populismo-autoritário em diversas áreas de atuação do Presidente Bolsonaro, incluindo o âmbito ambiental, onde se destacam elementos de negacionismo, nacionalismo, racismo e autoritarismo.

Com o início do governo de Jair Bolsonaro em 2019, a pauta do meio ambiente na política externa enfrentou desafios preocupantes. A retórica negacionista em relação às mudanças climáticas, o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização e a falta de compromisso com a preservação da Amazônia geraram tensões com a comunidade internacional e prejudicaram a imagem do país no cenário global (ISA, 2019; MORAES; AMARAL; WATANABE, 2019). Esse retrocesso na política ambiental levantou dúvidas sobre o comprometimento do Brasil com a agenda climática e trouxe desafios para a retomada de uma

postura responsável e protagonista nas negociações internacionais sobre meio ambiente (de OLIVEIRA NETO, 2022).

O agravamento da situação ambiental no Brasil, segundo Silva e Fearnside (2022, p.203):

Começou logo após a posse do presidente Bolsonaro, com várias responsabilidades do Ministério do Meio Ambiente sendo transferidas para outras esferas do governo federal, funcionários sendo demitidos, acordos com organizações não governamentais sendo suspensos e conselhos e comitês ambientais sendo enfraquecidos ou extintos. Houve até tentativas frustradas de perverter o uso de recursos de doações internacionais que haviam sido recebidos para projetos de combate ao desmatamento.

Rodrigues (2022), ao tratar da situação brasileira quanto à política externa ambiental, salienta que a evolução dessa política voltada ao clima, desde 1992 até o estabelecimento das *Nationally Determined Contributions*, acompanhou os aspectos da política interna, tramitando entre os interesses domésticos e as diretrizes de inserção internacional do país. A autora ainda relata o seguinte:

A forma como o tema do meio ambiente e a agenda climática são tratados dentro do ambiente decisório político do governo brasileiro é determinada por sua transversalidade – sobretudo suas relações com a agenda comercial – e pelo desenho institucional do Estado. Esses dois fatores geram uma diversidade de atores envolvidos no processo decisório e, portanto, também uma multiplicidade de interesses. O caso brasileiro e, especificamente, o caso das NDC do país, é amplamente compatível com uma análise de tomada de decisão que contemple a dinâmica de luta política, de divergências e convergências entre os *decision makers* e aqueles com poder de influência na determinação dos rumos das suas políticas públicas (Rodrigues, 2022, p.50).

Sobre os novos parâmetros da pauta neoliberal no Brasil, Lobato et al. (2019), salientam que a inédita fusão de ideais da extrema direita com princípios de liberalismo econômico no governo Bolsonaro, respaldada por uma agenda conservadora que se baseia em propostas de orientação liberal na esfera econômica, resultou em uma abrangente reconfiguração do aparelho estatal. Nesse contexto, termos como flexibilização, reforma, ajuste e austeridade ganharam destaque na administração atual, traduzindo-se na redução de direitos e conquistas previamente estabelecidos.

Melo (2022, p. 91) reforça as mudanças nas políticas externas ambientais da era Bolsonaro, descrevendo o seguinte:

A agenda ambiental da Europa e Bolsonaro diverge em essência. Enquanto o primeiro grupo crê na obrigação moral do Brasil de preservar sua cobertura vegetal e coibir a expansão da mineração e da agricultura no território amazônico, o governo Bolsonaro utiliza-se de uma lógica antiquada na qual a terra deve ser explorada economicamente à exaustão. O presidente brasileiro e seus seguidores também buscam reverter as conquistas legais obtidas pelas populações indígenas nos últimos anos, inclusive no que tange à demarcação de suas reservas naturais. Para o presidente e seus apoiadores, não há justificativa para que os povos indígenas exerçam soberania sob suas terras históricas.

De acordo com os dados o Observatório do Clima (2023), o aumento de 59,5% do desmatamento na Amazônia nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro coincidiu com uma queda de 38% das multas aplicadas por órgãos ambientais governamentais diante de crimes contra a flora, quando em comparação com os anos de 2015 a 2018. A média anual de desmatamento no país sob o governo Bolsonaro foi de 11.396 km², contra 7.145 mil km² no governo anterior. Em quatro anos foram derrubados 45.586 km² na Amazônia, área correspondente à do Estado do Rio de Janeiro.

A perda de confiança por parte da comunidade internacional resultou na suspensão do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, na estagnação do processo de adesão do Brasil à OCDE e em embargos comerciais pontuais. A preocupação de líderes europeus em relação à política ambiental brasileira teve impacto nas negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. O presidente francês, Emmanuel Macron, e a chanceler alemã, Angela Merkel, expressaram suas preocupações com a gestão ambiental do governo brasileiro de Jair Bolsonaro, especialmente em relação ao desmatamento da Amazônia e às queimadas na região. Essas preocupações levantaram questionamentos sobre a ratificação do acordo, uma vez que os países europeus pressionaram por medidas mais rigorosas de proteção ambiental por parte do Brasil. Desta forma, a política ambiental brasileira tornou-se um ponto sensível nas negociações do acordo, já que a União Europeia buscou garantias de que o Brasil estaria comprometido com a preservação ambiental e a sustentabilidade. Esse impasse demonstrou como a questão ambiental pode afetar as relações comerciais e diplomáticas entre o Mercosul e a União Europeia, destacando a importância da política ambiental como um elemento central nas negociações internacionais (BBC News Brasil, 2019).

No entanto, é importante notar que essas medidas não provocaram um impacto significativo no setor de agronegócio, que, em sua grande maioria, manifestou forte apoio ao Presidente Bolsonaro durante as eleições de 2022 (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023).

A retórica adotada pelo governo em relação às questões ambientais foi objeto de inúmeras críticas. Em diversas ocasiões, o presidente Bolsonaro minimizou a importância da preservação ambiental e expressou seu desejo de promover o desenvolvimento econômico a

qualquer custo, colocando em segundo plano a proteção do meio ambiente. Hirst e Maciel (2022, p.9) ao transcrever as posições do governo Bolsonaro quanto à proteção ambiental no Brasil, discorrem que:

Como já aludido, o governo Bolsonaro assumiu posições controversas no campo da proteção ambiental no Brasil – com imediata ressonância na comunidade internacional. Esta temática sofreu dramáticos reveses na agenda pública brasileira. Menciona-se a negligência presidencial aos impactos de grandes desastres ambientais: o rompimento da barragem da mineradora Vale na cidade de Brumadinho, o vazamento de óleo por um extenso trecho do litoral brasileiro e o aumento dos focos de incêndio e grilagem na Amazônia e no Pantanal. Frente a estas e outras situações as avaliações científicas foram desqualificadas por autoridades do governo. Foi questionada a veracidade dos dados de desmatamento divulgados pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e desprezados os relatórios científicos do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC). (...) Como consequência, se deu o rompimento de contratos do Fundo Amazônia e indisposições públicas com diversos países, destacando-se a França e a Irlanda, que declararam se opor ao acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, devido à baixa confiança na capacidade do Brasil cumprir a cláusula ambiental. Ademais, chama-se atenção para as tentativas de fragilização da legislação ambiental, por iniciativa do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que esteve à frente da pasta entre janeiro de 2019 e junho de 2021.

Os anos de 2019 e 2020 foram caracterizados pela modificação das normativas que regulam o registro e uso de agrotóxicos no Brasil, com resultados negativos tanto para o ambiente quanto para a saúde humana. Diante desse contexto, a política do Estado liberal adotada pelo governo Bolsonaro pode ser compreendida a partir da teoria do biopoder, tematizada nas reflexões de Michel Foucault (1999), que segundo Friedrich *et al.* (2022) pode ser explicado com o propósito de servir aos interesses do capital financeiro, frequentemente influenciando a ciência e as regulamentações para promover a implementação de medidas que, por vezes, acarretam prejuízos para a saúde e o meio ambiente. Diferentemente do poder soberano, caracterizado pelo fazer morrer e deixar viver, o biopoder implica o direito de fazer viver e deixar morrer.

Silva e Fearnside (2022, p.203-204) discorrem em seu texto sobre o ataque ao meio ambiente durante o governo Bolsonaro:

Na reunião de 22 de abril de 2021 sobre mudança climática, convocada pelo presidente dos EUA, Joe Biden, o presidente Bolsonaro fez promessas, como acabar com o desmatamento ilegal até 2030, mas logo depois tomou medidas que favoreceram a legalização do desmatamento e as reivindicações de terras. Um dia depois de prometer em seu discurso dobrar recursos para o meio ambiente, o presidente Bolsonaro publicou vetos retirando R\$ 240 milhões (US\$ 46,7 milhões) do orçamento do Ministério do Meio Ambiente. Os recursos para prevenção de incêndios florestais caíram de R\$ 49 milhões (US\$ 9,4 milhões) em 2019 para R\$ 37 milhões (US\$ 7,1 milhões) em 2021. E em 2022 os vetos do presidente desviaram R\$ 8,6 milhões (US\$ 1,8 milhão) do orçamento do Ministério do Meio Ambiente para a

promoção da conservação e prevenção de incêndios. (...). Em outubro de 2021, o governo Bolsonaro aprovou o corte do orçamento federal para a ciência brasileira em mais de 90%, reduzindo ainda mais a capacidade do país de estudar e controlar o desmatamento. (...) Bolsonaro se recusou a participar da 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP26), realizada em Glasgow (Reino Unido) em novembro de 2021. O representante do Brasil na conferência mudou a data prometida para acabar com o desmatamento ilegal de 2030 para 2028, assinou as declarações florestas e metano e afirmou que o Brasil atingiria zero emissões líquidas até 2050. No entanto, não há plano conhecido para atingir essas metas.

Os autores também relatam a preocupação da comunidade internacional diante do desmonte das políticas ambientais brasileiras, relatando que persistente série de retrocessos ambientais no Brasil tem implicações de grande alcance para as atuais e futuras gerações, tanto dentro do país quanto em escala global. Isso implica que países e organizações internacionais não podem permanecer passivos diante dessa tragédia. Cerca de um quinto das importações de soja da União Europeia, oriundas da Amazônia e do Cerrado brasileiro, está relacionado ao desmatamento ilegal. Diversas medidas podem ser aplicadas ao comércio internacional do Brasil com o intuito de estimular mudanças, mas as mais promissoras em termos de eficácia provavelmente consistiriam em restrições impostas pelos países importadores, com destaque para a China, à soja e à carne produzidas de maneira ilegal em áreas desmatadas (SILVA e FEARNSSIDE, 2022).

Como pode ser visto nessa discussão, os resultados dessa política até o momento têm sido preocupantes. O aumento do desmatamento, o enfraquecimento dos órgãos de proteção ambiental e as tensões com as comunidades indígenas têm gerado um impacto negativo significativo para a imagem do Brasil no cenário internacional e colocado em risco a rica biodiversidade e os ecossistemas únicos presentes no país.

Dessa forma, destaca-se a importância de trabalhos voltados ao tema ambiental, que necessitam ser elaborados e publicados com mais frequência em termos acadêmicos, sociais e políticos, esperando que se prospere a consciência na sociedade de debater a respeito do meio ambiente e reivindicar planos para conter essa condição.

Assim, para construir um futuro mais promissor, é fundamental que o Brasil reafirme seu compromisso com a proteção ambiental, busque parcerias internacionais, e implemente políticas efetivas de conservação, promoção do desenvolvimento sustentável e combate ao desmatamento e às mudanças climáticas. Somente assim, o Brasil poderá recuperar sua posição de liderança e contribuir positivamente para a preservação do meio ambiente e o bem-estar global.

CONCLUSÃO

A análise da política externa ambiental durante o governo Bolsonaro revela um período de mudanças significativas no tratamento dos recursos naturais no Brasil e na abordagem do desenvolvimento sustentável. Ao longo desses anos, observou-se um desmonte de políticas e estruturas que historicamente buscavam preservar o meio ambiente e promover um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação.

O desmatamento na Amazônia, um ponto crucial na agenda ambiental, atingiu níveis alarmantes, indicando uma falta de compromisso efetivo com a preservação da maior floresta tropical do mundo. A fragilização de órgãos de fiscalização e a flexibilização de normas ambientais contribuíram para uma atmosfera em que atividades predatórias ganharam espaço, impactando negativamente não apenas o ecossistema, mas também a reputação internacional do Brasil.

A mudança na ideia de desenvolvimento sustentável na política externa brasileira durante esse período foi evidente. A retórica que priorizava o desenvolvimento econômico muitas vezes em detrimento das preocupações ambientais foi refletida em ações e políticas que favoreciam setores industriais sem a devida consideração pelos impactos ambientais associados. A presença do Brasil em fóruns internacionais sobre mudanças climáticas e conservação muitas vezes esteve marcada por posturas menos comprometidas com metas ambiciosas de sustentabilidade.

Assim, conclui-se que a política externa ambiental durante o governo Bolsonaro testemunhou uma mudança de paradigma na relação do Brasil com seus recursos naturais. O desmonte de estruturas de proteção ambiental, aliado a uma visão de desenvolvimento que prioriza o crescimento econômico imediato, trouxe consigo preocupações sobre o compromisso do país com a conservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O desafio atual é avaliar como as decisões tomadas durante esse período moldarão o futuro ambiental do Brasil e como o país buscará reconstruir e fortalecer suas políticas ambientais em níveis domésticos e internacionais.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Tânia Moura. Sociometabolismo do capital: a essência destrutiva do capital e a sua incontrollabilidade. *Revista Formadores*, v. 9, n. 6, p. 32-32, 2016.

BEZERRA, Joana Carlos. O papel do meio ambiente na política externa brasileira. *Ideias*, v. 4, n. 1, p. 151-173, 2013.

BBC NEWS BRASIL, Gabriel Bonis. Bolsonaro é 'infantil' e política ambiental brasileira ameaça acordo UE-Mercosul, dizem deputados alemães. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49411975>>. Acesso em 11 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 24 julho 2023.

BRASIL. Comunicações Nacionais do Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/comunicacoes-nacionais-do-brasil-a-unfccc>. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Secretaria de Pesquisa e Formação Científica. **Quarta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima/ Secretaria de Pesquisa e Formação Científica**. -- Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, 2021. 620 p. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/comunicacoes-nacionais-do-brasil-a-unfccc/arquivos/4comunicacao/sumario_executivo_4cn_brasil_web.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

CARVALHO, Olavo de. Olavo de Carvalho sobre os três projetos globalistas existentes e fontes intelectuais remotas. Youtube, 18 jul. 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=R-wxblFVWbY>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHEIBUB, Zairo B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados*, v. 28, n. 1, p. 113-131, 1985.

DADA, Giovani Peixer; ARMADA, Charles Alexandre Souza. Estudo Comparativo sobre o Meio Ambiente na Política Externa Brasileira: Governo Lula e Governo Bolsonaro. *Meio Ambiente, Migrações e Pandemia: reflexões do mundo contemporâneo*, p. 29.

FERRER, Gabriel Real; GLASENAPP, Maikon Cristiano; CRUZ, Paulo Márcio. Sustentabilidade: um novo paradigma para o direito. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 19, n. 4, p. 1433-1464, 2014.

FIGUEIREDO, Julia Soares. Política externa brasileira para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável: o posicionamento brasileiro durante as conferências ambientais da ONU. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). 1999.

FLEMES, Daniel. A visão brasileira da futura ordem global. **Contexto Internacional**, v. 32, p. 403-436, 2010.

FRIEDRICH, Karen et al. Toxicologia crítica aplicada aos agrotóxicos—perspectivas em defesa da vida. *Saúde em Debate*, v. 46, p. 293-315, 2022.

GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter (Ed.). *Latin American foreign policies: between ideology and pragmatism*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

GURGEL, A.; PALTSEV, S. **The impacts of the Brazilian NDC and their contribution to the Paris agreement on climate change**. Global Trade Analysis Project, [s. l.], 2017. Disponível em: https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/res_display.asp?recordid=5357. Acesso em: 01 ago. 2023.

HARVEY, David. O enigma do capital. *Revista Geografares*, n. 10, p. 17-24, 2012.

HIRST, Monica et al. *A Política Externa do Brasil nos Tempos do Governo Bolsonaro*. 2022.

ISA. **A anatomia do desmonte das políticas socioambientais**. Instituto Socioambiental, São Paulo, 07 jan. 2019. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/a-anatomia-do-desmonte-das-politicas-socioambientais>. Acesso em: 04 ago. 2023.

KALIL, Isabela O. **Quem São e No Que Acreditam Os Eleitores De Jair Bolsonaro**. Fundação Escola de Sociologia e Política, São Paulo, 2018.p.27. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FE_SPS.pdf. Acesso em: 20 jul. 2023.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. *Saúde em Debate*, v. 43, p. 05-14, 2019.

MELO, Pedro Valença Viana de. *Mudança de curso? Um estudo comparativo da política externa brasileira sob Jair Bolsonaro*. 2022. Tese de Doutorado.

MESQUITA, B. de C. M. *Atores da Política Externa Brasileira do Governo Bolsonaro: da eleição em outubro/2018 a maio/2019*. Rio de Janeiro: semic, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.boletimlperpe.uerj.br/post/atores-da-politicaexterna-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MÉSZÁROS. István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto internacional*, v. 35, p. 11-41, 2013.

MORAES, F. T.; AMARAL, A. C.; WATANABE, P. **Ministério do Meio Ambiente suspende contratos e parcerias com ONGs**. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/01/ministerio-do-meio-ambiente-suspende-contratos-e-parcerias-com-ongs.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MORAVCSIK, Andrew. Taking preferences seriously: A liberal theory of international politics. *International organization*, v. 51, n. 4, p. 513-553, 1997.

da MOTTA BAPTISTA, João Victor; BERTOLUCCI, Artur Cruz; DIOGO, Ana Victória Klovrra. Política de estado ou de governo? A reorientação da política externa Brasileira sob o governo bolsonaro. Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades, v. 45, n. 250, p. 502-533, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca mais outra vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. Observatório do Clima, 2023. Disponível em: https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

ONU. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/publications/transforming-our-world-2030-agenda-sustainable-development-17981>. Acesso em: 01 ago. 2023.

de OLIVEIRA NETO, Barnabé Lucas. Da lama ao caos: o retrocesso da política e liderança ambiental do Brasil sob o governo Bolsonaro. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 2, 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Teoria das relações internacionais: o mapa do caminho: estudo e prática. Alta Books Editora, 2016.

PIRES, Giovanni De Lorenzi. Manifesto contra o neoliberalismo totalitário, a destruição da educação, do meio ambiente, da ciência, da cultura e do ministério do esporte no governo bolsonaro. E pelo chi, chi, chi, lê, lê, lê!!!. 2019.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International organization*, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RODRIGUES, Elze Camila Ferreira. Política externa brasileira e mudança climática: o caso das Contribuições Nacionalmente Determinadas. 2022. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

dos SANTOS, Cínthia Leone Silva; ESPÍNDOLA, Isabela Battistello; RIBEIRO, Wagner Costa. Relações internacionais e meio ambiente. *Conversas & Controvérsias*, v. 6, n. 1, p. e34907-e34907, 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, n. 64, 2019.

SCANTIMBURGO, André. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 52, n. 1, p. 103-117, 2018.

SILVA, M. D.; FEARNSSIDE, P.M. Brazil: environment under attack. *Environmental Conservation*, v. 49, p. 203–205, 2022.

SCHUTTE, Giorgio Romano; DA FONSECA, Bruno Castro Dias; CARNEIRO, Gabriel Santos. Jogo de dois níveis voltado ao eleitorado: Uma análise da política externa bolsonarista. *Conjuntura Global*, v. 8, n. 2, 2019.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. **Relações Internacionais e políticas públicas: a contribuição da análise de política externa.** In: E. Marques; C. A. Pimenta de Faria (orgs.). *A Política Pública como Campo Multidisciplinar.* São Paulo, Editora Unesp; Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013, pp. 127-153.

TARGA, Leandro. Os diplomatas brasileiros sob a perspectiva relacional: o campo dos diplomatas e o campo político. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

UNFCCC. Tratado complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O que é o Protocolo de Kyoto? Disponível em: https://unfccc.int/kyoto_protocol. Acesso em: 05 ago. 2023.

UNFCCC – United Nations Framework on Climate Change. Paris Agreement. 2015. Disponível em: <<https://unfccc.int/documents/37107>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VIOLA, E. O Regime Internacional de Mudança Climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 25-46, 2002.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Brasil na Governança Global do Clima, 2005 – 2012: a luta entre conservadores e reformistas. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 43-76, 2013.

YAMAGUTI, Emily Sayuri Arnaud. **Como compreender a política externa do governo Bolsonaro? O processo de adesão do Brasil à OCDE.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Centro Universitário de Brasília. 2021. 26p.